

CAPÍTULO V – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, iremos tecer diversas considerações acerca dos resultados apresentados durante o capítulo anterior, para que possamos compreender melhor o que estes significam.

A nossa amostra foi constituída por setenta e sete alunos do elemento feminino (N=77), e de quarenta e nove (N=49) do género masculino, perfazendo um total de 61,1% e 39,9% respectivamente. No que concerne à idade, seis alunos (N=6) encontravam-se nos catorze anos de idade, enquanto os restantes cento e vinte (N=120), se situavam nos quinze e dezasseis anos de idade, perfazendo um total de 95,3%. Todos os alunos se situavam no décimo e décimo primeiro ano de escolaridade, com a frequência de oitenta e cinco (N=85) e quarenta e um (N=41), correspondentemente. Finalmente, no que respeita à existência de familiares e amigos com deficiência, a minoria (N=23), afirmou ter um familiar ou amigo com deficiência, enquanto os restantes (N=103), afirmou o contrário.

Relativamente à variável género, pretendemos aferir se existem diferenças significativas no pré-teste comparando o género masculino e o género feminino. Através da literatura existente, verificamos que podem surgir diferenças em função do género, no que diz respeito às suas atitudes relativamente à inclusão de alunos com deficiência. Tratando-se o género de uma variável que influencia as atitudes, existem estudos que referem que as mulheres apresentam atitudes mais favoráveis (Downs & Williams, 1994; Fishbein, 1996; Papadopoulou, 2004; Hutzler et al, 2005), visto que socialmente é esperado que estas sejam mais responsáveis e cuidadoras de indivíduos dependentes. Podemos constatar que para as atitudes globais e para as atitudes específicas da EF o género feminino apresenta valores superiores ao género oposto, ainda que, estas não sejam diferenças significativas. De acordo com os resultados por nós obtidos, está Block (1995), Condon et al, (1996) e ainda Voeltz (1982), que afirmam que os elementos do género feminino apresentam atitudes mais favoráveis relativamente à inclusão de indivíduos com deficiência. Dos resultados obtidos no pré-teste, observamos

que apesar de existirem diferenças, estas não são estatisticamente significativas, o que nos obriga a refutar as primeiras três hipóteses.

Esta variável pretende demonstrar-nos a relação entre a existência de um amigo ou familiar com deficiência e as atitudes face à inclusão de indivíduos com deficiência. Na generalidade dos estudos existentes é referido que é um aspecto primordial para a alteração das atitudes (Block, 1995), sendo portanto esperado que existam diferenças significativas entre os dois grupos. Os resultados apresentaram-se sempre superiores para aqueles que afirmaram possuir um familiar ou amigo com deficiência, no entanto, apenas se revelaram estatisticamente significativos na atitude específica da EF ($M=24,78$; $DP=1,833$; $Sig=0,01$). Tal como acontece na nossa dissertação, apesar de não ser estatisticamente significativo, alguns estudos (Block, 1995; Loovis & Loovis, 1997) referem que a presença de familiares ou amigos com deficiência está associado a atitudes favoráveis relativamente à alteração das regras ($M=17,04$; $DP=2,099$). Analisando as médias, verificamos que a maior diferença ocorre na atitude global da EF, sendo esta que apresenta também, as médias de atitudes mais elevadas. Devido ao referido anteriormente, as hipóteses quatro e seis serão automaticamente refutadas, apesar de apresentarem tendências positivas para o grupo que possui um familiar ou amigo com deficiência.

Com a análise desta variável, temos como principal objectivo, aferir qual a relação existente entre as atitudes dos alunos face à inclusão de pares nas suas aulas de EF, e o histórico de presença destes indivíduos na sua turma. Seria de esperar que o facto de fazer ou ter feito parte de uma turma que teve ou tivesse um aluno deficiente poderia influenciar positivamente as atitudes, o que na realidade não se verificou. Ao analisar os dados do nosso estudo, podemos corroborar a afirmação de Block (1995), quando este refere que a presença de um indivíduo com deficiência na turma não foi significativa para as atitudes globais da EF ($M=40,25$; $DP=5,436$), podendo esta situação dever-se à tendência bastante elevada das atitudes. Da mesma opinião são Archie & Sherril (1989) quando afirmam que não existem diferenças nas atitudes dos alunos que tiveram experiências anteriores de contacto com indivíduos com deficiência relativamente aqueles que não tiveram. Contradizendo o que foi referido anteriormente, Voeltz (1980) citado por Block (1995), afirma que os indivíduos que experienciaram contactos anteriores com a deficiência têm

atitudes mais favoráveis do que os seus colegas que nunca tiveram. Desta forma somos então obrigados a refutar as hipóteses números sete, oito e nove.

A análise desta variável, pretende analisar o mesmo que a anterior, mas neste caso relativamente à presença de alunos na sua aula de EF. Ao analisar os resultados obtidos relativamente à influência que a presença de um aluno com deficiência na aula de EF poderia ter, surgiram resultados inesperados, estando de acordo com Hutzler & Levi (2008) afirmando que, ao contrário do esperado a participação em aulas de EF na presença de indivíduos com deficiência não parece ter nenhuma influência nas atitudes. No entanto, ao analisar profundamente os dados, constatamos que apesar de não serem significativas, as atitudes globais da EF e as atitudes face à alteração das regras revelam valores superiores para os alunos que não experienciaram uma aula na presença de colegas com deficiência ($M=40,85$; $DP=3,468$). No que diz respeito às atitudes específicas da EF, acontece o oposto, surgindo resultados superiores para os alunos que já frequentaram aulas de EF na presença de alunos com deficiência ($M=23,81$; $DP=3,329$), confirmando o que é referido por Block (1995), citando Voeltz (1980), que afirma que as crianças são influenciadas positivamente nas suas atitudes, quando expostas ao contacto com crianças com deficiência. Contradizendo o que foi anteriormente exposto, e corroborando os resultados encontrados no nosso próprio estudo, Archie e Sherril (1989, cit. por Block, 1995) referem não haver diferenças de atitudes entre os indivíduos que já tiveram alunos com deficiência nas suas aulas de EF e aqueles que nunca tiveram. As atitudes têm uma tendência bastante elevada relativamente à sua componente global da EF, o que poderá justificar a não existência de diferenças estatisticamente significativas. Não existindo diferenças estatisticamente significativas em nenhuma das atitudes, somos obrigados a refutar as hipóteses dez, onze e doze.

O nível de competitividade é uma variável bastante interessante, visto que se trata de uma auto-avaliação do aluno, relativamente à sua competitividade. Pretendemos então perceber a relação existente entre as atitudes face à inclusão e os níveis de competitividade. Alguns autores (Block, 1995) referem-no como sendo uma variável passível de influenciar negativamente as atitudes. Podemos reter dos dados obtidos que existindo diferenças, estas não são estatisticamente significativas. Ao contrário do que seria esperado, os alunos

mais competitivos são os que revelam atitudes globais da EF mais elevadas ($M=41,13$; $DP=3,252$), acontecendo o mesmo nas atitudes específicas da EF ($M=23,87$; $DP=1,766$). Facilmente constatamos que os dados referidos anteriormente, não vão de encontro a Block (1995). Também Panagiotou et al. (2008) refere que os resultados das atitudes são inversamente proporcionais ao nível de competitividade dos alunos. Existem ainda explicações para a não-aceitação da alteração das regras (Kalyvas & Reid, 2003; Panagiotou et al. 2008) defendendo que este facto se deve à perda de competitividade, aspecto que desagrada aos intervenientes mais competitivos. Analisando as hipóteses (treze, catorze e quinze) por nós formuladas relativamente ao nível de competitividade, teremos de as refutar na íntegra visto que apesar de surgirem diferenças, estas não poderão ser consideradas estatisticamente significativas.

Tal como já referimos anteriormente o género feminino possui características que lhe confere uma maior responsabilidade e cuidado com indivíduos dependentes, pelo que, é de esperar que após a intervenção fiquem mais sensibilizadas que os pares do outro género. Após a intervenção, de acordo com Loovis & Loovis (1997), ocorre um aumento positivo das atitudes influenciado pelo género. Os dados por nós obtidos, demonstram que existem diferenças estatisticamente significativas para o género feminino do grupo experimental, no que diz respeito às atitudes globais da EF e também nas atitudes face à alteração das regras. Estes dados encontram-se de acordo com Panagiotou, Kudlacek, Evaggelinou (2004), quando referem que nas escolas não inclusivas, as atitudes gerais revelam diferenças significativas após a aplicação da actividade. Este conjunto de alunos do género feminino, leva-nos a conjecturar que a intervenção poderá ter sido uma experiência única mas marcante, sendo o suficiente para alterar algumas atitudes (Allport, 1935). De acordo com alguns estudos (Lockhart, 1994; Kalyvas et al. 2003 cit por Panagiotou et al. 2008) a intervenção não afectou as atitudes das raparigas de forma diferente dos rapazes, o que é contrariado pelos nossos resultados, apresentando o género feminino atitudes (atitudes gerais da EF, atitudes específicas da EF e atitudes face à alteração das regras) mais favoráveis do que o género masculino. Apesar de nas atitudes específicas da EF os resultados não serem estatisticamente significativos, podemos encontrar diferenças favoráveis para o género feminino ($M=23,38$; $DP=2,631$). Os nossos

resultados estão de acordo com os obtidos por Van Biensen et al. (2006) e Loovis & Loovis (1997). Depois da análise anteriormente elaborada, somos obrigados a corroborar as hipóteses dezasseis e dezoito, e refutar a hipótese dezassete.

Ao comparar o grupo experimental com o grupo controlo, pretendemos aferir se existem diferenças estatisticamente significativas que possam ter decorrido da participação na intervenção. Para realizar esta comparação teremos de incidir nos dois momentos de aplicação do instrumento, sendo eles, o pré-teste e o pós-teste. De acordo com as hipóteses formuladas e com alguma da literatura existente, é de esperar que os resultados do pré-teste sejam inferiores aos do pós-teste (Van Biesen, Busciglio, Vanlandewijck, 2006), esperando que a intervenção seja um factor alterador de atitudes. Nos resultados obtidos (pré-teste), verificamos que existem diferenças significativas para todas as atitudes, comparando o GE com o GC. Estes resultados poderão ser justificados pela grande diferença do número de elementos que constitui cada um dos grupos. Ao analisar os resultados referentes ao pós-teste constatamos que estes não estão de acordo com a maioria da literatura existente. Alguns autores realçam a possibilidade de ocorrerem mudanças negativas após a intervenção (Ellery & Rauschenbach, 2000). Por outro lado, surgem alguns autores que obtiveram resultados mais positivos após a intervenção, sugerindo que esta teve um papel primordial para tais alterações (Panagiotou A., Kudlacek M., Evaggelinou C., 2004; Panagiotou et al., 2008). No entanto, os nossos resultados revelam que não existem diferenças significativas entre os grupos, experimental e controlo. Apesar de as diferenças não serem significativas do primeiro para o segundo momento, podemos observar um aumento em todas as atitudes para o grupo experimental, o que poderá estar relacionado com a sua participação na intervenção. Christopoulou (2004), tal como Panagiotou et al. (2008) referem que as atitudes são mais propícias face a alunos com deficiência após a intervenção. Baseando-nos nos mesmos autores não existem diferenças significativas no pré-teste entre o GE e o GC, o que não se verifica no nosso estudo. No segundo momento de aplicação, o grupo de controlo decresceu ligeiramente as suas atitudes, acontecendo o oposto ao grupo experimental, o que levou ao desaparecimento das diferenças significativas que se tinham verificado no pré-teste. Panagiotou

et al. (2008) citando Shriver (1997) afirma que uma das razões que poderá estar relacionada com a inexistência de diferenças significativas, é a positividade da generalidade das atitudes, tanto para o grupo experimental como para o grupo de controlo. Na literatura facilmente encontramos as semelhanças existentes entre os resultados obtidos no CAIPE-CZ, aplicado por Kudlacek et al. (2006) e citado por Panagiotou et al. (2008), que tal como no nosso estudo encontraram resultados ligeiramente superiores após a intervenção. Todos os resultados obtidos nos levam a refutar as três últimas hipóteses (dezanove; vinte; vinte e um).

Finalizando este capítulo, constatámos que apenas três das vinte e uma hipóteses formuladas foram aceites, sendo elas:

- Hipótese 5 - Os alunos que possuem algum amigo e/ou familiar com deficiência, revelam atitudes (específicas da EF) mais favoráveis face à inclusão de alunos com deficiência.
- Hipótese 16 - Após a intervenção, o género feminino revela atitudes (gerais da EF) mais favoráveis do que o género masculino.
- Hipótese 18 - Após a intervenção, o género feminino revela atitudes (face à alteração das regras) mais favoráveis do que o género masculino.